



POR UMA AUTONOMIA À ESCOCESA: ENTRE A VALENTIA CELTA E AS HIGHLANDS BRUMOSAS

MELLO, Erick Carvalho

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Memória Social- Unirio
carvalho.mello@gmail.com

120

RESUMO

Este trabalho tem por interesse a análise do referendo pela independência da escócia marcado para o segundo semestre de 2014 e que vem sendo motivos dos mais variados debates e polêmicas por todo o Reino Unido. Nossa proposta é tentar entender as bases de sustentação deste referendo junto a sociedade civil e como a esfera pública atua em meio ao debate pela independência e seus desdobramentos.

Buscaremos neste sentido entender as diferentes vozes políticas que são evocadas neste momento e como uma possível independência pode ser de grande impacto na atuação da cidadania escocesa, bem como na elaboração de projetos nacionais que dialoguem com grupos identitários historicamente não colocados em pauta durante o domínio de Westminster.

Palavras chave: Referendo, Escócia, Independência.

ABSTRACT

This work aims to show an analysis of the referendum for the independence of Scotland scheduled for 2014 summer and also the different debates and controversy opinions through the UK. Our proposal here is to understand the basic discourses of this referendum within civil society and how the public sphere acts amid the debates for independence and its aftermath.

We seek the understandings about the different political voices that were raised at this point and how a possible independence in the making can bring a large impact on Scottish citizenship and develop of national projects that can be articulated with identity groups historically not placed on the agenda during Westminster's rule.

Key words: Referendum, Scotland, Independence.



POR UMA AUTONOMIA À ESCOCESA: ENTRE A VALENTIA CELTA E AS HIGHLANDS BRUMOSAS

Em Outubro de 2012 em St. Andrews House, moradia oficial do ministro escocês, O premiê britânico David Cameron e o chefe do governo regional escocês, Alex Salmond, assinaram um acordo que previa a elaboração de um grande referendo popular na Escócia para o ano de 2014.

Este referendo marcado para Setembro tem como proposta algo que num primeiro momento é bem simples: A Escócia deve ou não se tornar independente do Reino Unido e, consequentemente, da Inglaterra? A resposta, no entanto, não é assim tão fácil de obter.

A complexidade de tal referendo não se encontra na ideia em si, mas no que ela implica em diferentes níveis participativos e representacionais da sociedade civil escocesa. Por trás de um referendo de tal porte, a atenção dos jornais ingleses e, por que não dizer, internacionais se manteve no debate econômico enquanto internamente se buscava algum outro entendimento.

De um lado se debatia o impacto financeiro de uma profunda troca do sistema monetário escocês, bem como implicações sobre usos de reservas de petróleo e do manejo de armas nucleares inglesas presentes em solo escoto. De outro lado, no entanto, outro debate bem mais profundo se apresentava. Uma batalha pela identidade escocesa, um retorno a distorcida memória dos campos de Culloden.

Afinal, os modelos políticos célticos aqui inseridos em uma dinâmica circular de poder político racional dentro da sociedade escocesa esbarram e tropeçam em seu próprio nacionalismo e, pelo menos há trezentos anos, fazem de qualquer ação afirmativa da soberania da Escócia uma disputa por uma memória conflitante das suas próprias conquistas históricas, assombrando não apenas seus inúmeros castelos, mas também toda uma nação.

Basicamente, a construção de uma memória política jacobita¹ mitificada desde a derrota na Batalha de Culloden² no século XVIII e a memória céltica escocesa, formada por suas bases etnonostálgicas deram a tônica das complicações que a disputa por uma independência

¹Grupo que apoiava a restauração do trono católico na Escócia. Seu nome vem de Jaime VII da Escócia e foram historicamente derrotados em 1715 e 1746. Mesmo após a derrota o movimento jacobita é idealizado de maneira romântica, sobretudo, pelas tradições dos clãs das Highlands escocesas.

²Conhecido por ser a última batalha terrestre a acontecer no solo do Reino Unido, a Batalha de Culloden ocorreu em Abril de 1746 e marca a derrota das forças jacobitas católicas e apoiadas pelas terras altas (Highlands) da Escócia. A derrota escocesa marca o domínio total inglês sobre o território escocês sob a bandeira do Reino Unido.



pode trazer. Desta forma, o grande entrave a plena soberania do povo escocês em muito se deve a indefinição destes elementos na construção do que é ser escocês e isso se reflete nas diferentes tradições inventadas por toda a Escócia nos últimos duzentos anos.

Afinal, se existe uma nação conhecida por suas tradições inventadas mundialmente, essa nação é a Escócia. Das gaitas de fole aos kilts, muito se entende do quão tradicional esse país pode ser. No entanto, o que raramente se percebe é que não existe de fato uma cultura homogênea por toda a Escócia e mesmo geograficamente esses diferentes modelos de vida podem ser sentidos em uma rápida comparação entre o modo de vida das famosas Highlands (terras altas, ao norte e no interior) com as das Lowlands (terras planas, ao sul e mais centrais), por exemplo.

As implicações políticas destas disputas são diversas. Entre estas variações encabeçadas por essas diferentes visões de uma identidade escocesa, nós encontramos o aumento contínuo da complexidade da própria lógica do sistema político escocês inserido em uma esfera pública minimamente organizada, mas que nunca soube lidar com as diferentes vertentes do projeto reflexivo do eu nacional, seja ele jacobita ou céltico.

Para se chegar nessas implicações políticas necessárias para o entendimento do referendo marcado para 2014, antes se devem entender quais memórias escocesas encontram-se em disputa nos últimos quase trezentos anos e que problemas essas diferentes memórias coletivas em disputa serviram para o engessamento de um projeto maior de autonomia e soberania escocesa até a segunda década do século XXI.

A BATALHA PELA ESCÓCIA: ENTRE O CÉLTICO E O JACOBITA

O Sentimento de pertença escocês sempre esteve em disputa interna e externa. Externamente pelas diferenças e experiências que consolidaram o fator inglês e britânico enquanto o “outro” em sua formação. Internamente por um complexo e problemático ato memorativo que divide a Escócia não apenas geograficamente, mas politicamente.

A Escócia possui elementos ambíguos em dois níveis. Na sua formação nacional limitada nós temos a identidade britânica sempre vista como uma ameaça apesar de integrada por meio de sanções políticas da estrutura do Reino Unido ao agir normativo sobre toda e qualquer ação política escocesa.



Os elementos britânicos são reconhecidamente o outro e dominam a Escócia que se constrói tradicionalmente resistente por seus elementos folclóricos dos mais variados.

Aparentemente não se entende de onde vem tamanha dominação inglesa sobre o ímpeto resistente escocês, mas é justamente por meio deste ímpeto e representatividade que a identidade britânica encabeçada pela Inglaterra age dramaturgicamente e normativamente sobre a Escócia.

A pergunta que qualquer um se faz nesse contexto é: o que faz da Escócia alvo fácil da dominação britânica se ela é tão resistente e distinta em sua construção nacional? A resposta reside na própria construção nacional, para sermos sinceros.

Afinal, internamente a ambivalência escocesa é notória. Tanto culturalmente quanto geograficamente o país é dividido em dois. De um lado nós temos as terras altas (Highlands) e do outro as terras baixas (Lowlands) que historicamente se percebem distintamente e refletem isso na valorização de seu passado e nos embates representativos de políticas públicas.

Nas Lowlands uma memória conflitante é trabalhada. Primeiro porque é nessa região onde encontramos a maior concentração populacional e de renda em todo o país. Em segundo ponto porque é na lowland que se misturam sentimentos de pertença ancestrais, fatos históricos consolidados pela narrativa oficial e, sobretudo, uma ligação direta com os ingleses com relação a subserviência e certa parcela de herança germânica.

Essa suposta germanicidade das lowlands, a construção religiosa protestante e por vez loyalista de alguns de seus setores detentores dos meios de produção taxou qualquer outra referência a herança cultural das Highlands nada mais que um *“sonho de um país pequeno”*, mesmo por narradores que aparentemente defendiam certa autonomia da Escócia, como o jornalista Andrew Marr, por exemplo.

Aplicava-se aqui uma vontade de isolar parte deste legado único que possuía as Highlands, uma herança céltica em grande parte. Essa postura das lowlands ganha contornos de guerra religiosa ao remeter-se de maneira contrária a memória jacobita escocesa e, sobretudo, a um catolicismo que buscava quebrar a unicidade do sentimento britânico por meio de uma independência escocesa.

A construção germânica da Escócia em muito é fruto de um alinhamento das terras baixas com a visão germânica e teutônica da identidade inglesa junto da *“predisposição dos povos germânicos para liberdade (em oposição a um catolicismo tirânico)”*, como nos lembra Murray Pittock.



Essa tendência a uma pressuposta germanicidade das lowlands, pautado sobre um ‘teutonismo’ inglês, unia-se com os sentimentos nacionais escoceses e ingleses em uma germanicidade ambivalente.

Esta ambivalência entre Escócia germânica e Escócia céltica (marginal) foi construída pela mescla de elementos nobres ligados a uma germanicidade gótica e britânica dos escoceses que pelo ideal de liberdade deveria controlar o ímpeto céltico existente na sua formação.

Claro que estes elementos são construções do século XIX e início do século XX. Seu ponto de articulação inclui inúmeras teorias racistas ligadas a elementos não germânicos desta formação nacional escocesa e era corroborada por elementos culturais dos mais diversos como os textos de Sir Walter Scott, por exemplo.

Nestes textos e inúmeros outros em um conjunto que vai de publicações, romances, e periódicos a estudos científicos tendenciosos nós encontramos nitidamente a ideia de um celticismo caracterizado pelo lado emocional dos escoceses e o teutonismo como a correção intelectual do mesmo.

Neste sentido, ao menos historicamente a vivência escocesa é integrada a um sentimento de inglesidade, ao atrelar sua independência a uma ligação com a Inglaterra e certo distanciamento das ligações com a cultura celta das Highlands e os levantes Jacobitas visto como intrusos nas terras baixas germânicas da Escócia. Ignora-se historicamente que as terras baixas também tenham se levantado contra a Inglaterra, inclusive.

Inicialmente essa cultura jacobita escocesa é tida como desagregadora e iconoclasta. A cultura céltica das Highlands mais ainda. Até mesmo porque são as Highlands as terras tidas como atrasadas, selvagens, desregradas e com um violento potencial passional de seus habitantes, visto que estes são descendentes dos celtas e são detentores de uma tradição gaélica escocesa.

O Grande trunfo cultural britânico, neste sentido, foi o uso das tradições inventadas da Escócia como uma pitoresca faceta do domínio britânico e integrar isso a sua estrutura de poder político sobre o país.

Nessa visão, a Escócia foi então dividida geograficamente entre celta e teutônica, entre responsabilidade e selvageria romântica, onde esta última era associada ao celticismo emocional e deveria ser suprimido em nome da unidade britânica.

E é justamente a dominação dos elementos culturais célticos escoceses que permitiu ao Reino Unido administrar essa Escócia dividida sem que nunca esta conseguisse se unir mais



incisivamente sobre seus próprios afazeres. Todas as tradições resistentes e, sobretudo as ligadas as Highlands, são subvertidas e usadas pelo ideal dominador britânico sobre a ilha. O tradicional Kilt escocês é uma prova disso. Afinal, não é por menos que até o hoje o uso do tartan é entendido dentro do exército britânico como um símbolo de heroísmo céltico, típico de grupos que servem a atividades arriscadas sem pensar muito nas consequências.

As tradições célticas das terras altas inventadas no século XVIII em esforço de se diferenciar culturalmente da já consolidada tradição céltica irlandesa da qual possuía uma relação muito estreita, foi pouco a pouco sendo transformada em elemento diferenciado da identidade escocesa e rapidamente controlado pelo domínio britânico para que este não se tornasse deveras independente.

Elementos escoceses como o tartan, a gaita de fole ou a farsa épica escrita por James Macpherson³ por um breve momento deram ao escocês a distinção etnonostalgica que buscaram frente a seus vizinhos ingleses e irlandeses. No entanto, estes mesmos elementos que o distinguiam foram usados para sua domesticação pelo domínio britânico e relegaram ao estigma de atraso tudo aquilo que era céltico ou jacobita, tudo aquilo que era incisivamente escocês e não inglês.

UMA ESFERA PÚBLICA DE KILT: O MODELO POLÍTICO CELTA E O REFERENDO DE 2014

2014 é um ano relevante para a política escocesa. Negligenciada por séculos, as querelas nacionais voltam a fazer parte da pauta política escocesa e do entendimento subjetivo, social e objetivo das vivências públicas da Escócia

O diálogo e o debate acerca do referendo de 2014 e a possibilidade de independência do país catalisa certas falas nacionalistas que cresceram nas últimas décadas e culminaram no próprio referendo. Artigos são publicados semanalmente e o mundo todo acompanha dia após

³James Macpherson (1736-96) foi o “tradutor” dos chamados “poemas ossianicos” entre os anos 1760 e 1763, onde teria se baseado na antiga tradição oral celta da Escócia para narrar de maneira épica um herói mítico chamado Ossian, equivalente ao herói celta irlandês Oisín. No entanto, apesar da farsa da produção textual, seus poemas tiveram grande impacto na aceitação e divulgação das tradições célticas escocesas no mundo, sendo chamado de ‘Homero céltico’ à época. Sabe-se, por exemplo, que figuras como Napoleão, William Blake, Thomas Jefferson, Henry David Thoreau e Goethe (que inclusive o traduziu para o alemão) eram admiradores da obra de Macpherson.



dia as campanhas tanto pelo sim quanto pelo não e o crescimento jamais visto dos simpatizantes de uma independência escocesa.

Os defensores do não se apegam a um discurso exacerbadamente objetivo e socialmente normativo. Falam dificuldades de reestruturação econômica e apelam para papéis de interesses privados que possam influenciar a esfera pública e conseqüentemente o sistema político inserido na mesma.

Os defensores do não vendo que muitos de seus esforços não foram demasiado convincentes aos possíveis eleitores do sim que atingiram uma margem de 47% de aprovação segundo pesquisas datadas de junho de 2014, adotaram até mesmo para bases afetivas da imagem consolidada do ideal britânico no mundo globalizado, elementos de confiança etc.

Em muitos casos esses discursos eram aplicados até mesmo sobre questões estéticas menores, como possíveis novas *unionjacks*⁴ e como isso pareceria de certo um ataque a tudo aquilo que os definia enquanto britânicos. No entanto, ao que parece os escoceses não se entendem muito como britânicos, pois em geral eles têm plena consciência de que ser escocês é basicamente não ser inglês e não ser britânico.

Para além das construções identitária escocesas e suas diferentes leituras do seu próprio projeto reflexivo do eu escocês que perpassa as vivências etno nostálgicas das lowlands e highlands, a campanha pelo sim a independência da Escócia não foi construída da mesma forma e segundo consta foi fruto de uma evolução das próprias dinâmicas políticas escocesas nas últimas décadas.

Segundo o cientista político Kurt w. Jefferson, a Escócia possui um sistema político que pode ser definido como um sistema céltico e que encontra paralelos na chamada franja céltica atlântica sobre outras regiões também entendidas enquanto celtas.

Este sistema político definido como céltico por Jefferson encontra ressonância nas demandas da esfera pública organizada e no agir comunicativo escocês cada vez menos conservador e cada vez mais ligada às demandas trabalhistas e nacionalistas nas últimas décadas.

Isso ocorre porque na Escócia nós encontramos hoje um sistema de limitado pluralismo partidário bem consolidado e que permitiu o crescimento de falas que por décadas, e

⁴Nome dado popularmente a Bandeira do Reino Unido onde encontram-se juntas as bandeiras da Inglaterra, Escócia e Irlanda do Norte.



por que não dizer por séculos, foram negligenciadas pelo centralismo do projeto britânico e das ideias de um estado unificado sob a batuta inglesa.

Esse sistema de pluralismo partidário escocês é composto em geral por cinco partidos atuantes. Em ordem de expressividade hoje nós temos o *Scottish Labour Party*, seguido do *Scottish National Party*, dos *Scottish Liberal Democrats*, dos *Scottish Conservatives (Tories)*, dos *Scottish Socialists* e por fim dos *Scottish Greens*.

Cada partido possuindo sua própria pauta que vai desde as causas trabalhistas e nacionalistas com maior número de adeptos, as causas conservadoras, liberais e em menor escala o discurso socialista e verde com menos adeptos, mas também mais novos em sua formação.

Entender o referendo por independência é na verdade entender como o sistema político escocês se transformou por meio da influência da sociedade civil em sua esfera pública e suas demandas étnicas.

A variação de papéis existentes nas relações sociais escocesas cresceu desde sua melhor formação partidária em finais do século XIX e atualmente no início do século XXI ela encontra-se bem amadurecida em sua formação pluralista.

Basta notarmos a ascensão do partido trabalhista escocês nas últimas décadas e a decrescente influência dos *tories* conservadores no mesmo período. As influências de políticas trabalhistas, sobretudo, após os anos de influência do governo Thatcher no Reino Unido, são notórias e em muito são fruto das representatividades escocesas a época.

Como nos aponta Jefferson sobre esta influência escocesa, muitos articulistas políticos britânicos apontam que a própria política trabalhista de Tony Blair a partir de 1997 e seu caráter conciliatório com relação as tensões sociais é fruto deste estar cercado de conselheiros de base trabalhista escocesa, o que abriu portas para demandas até então impensadas sobre representatividade no Reino Unido.

No entanto, o ponto de articulação destas propostas políticas reside no crescimento do partido nacionalista escocês que desde a década de 1970 aumentou visivelmente tanto em expressividade quanto em notoriedade. É sobre o crescimento deste ideal nacionalista que os debates sobre identidade escocesa serão retomados gradativamente e surgirão no início do século XXI com as propostas que levarão a culminância do referendo marcado para 2014, por exemplo.



Isto ocorre porque o modelo pluralista limitado que existe entre os partidos escoceses promove a base necessária para o que Habermas chama de uma democracia deliberativa que atuando por meio da sociedade civil promove o gradativo debate de certas pautas transmitidas comunicativamente.

É por concordarmos com Habermas sobre a atuação mutável da esfera pública que acreditamos na possibilidade transformativa que o seu exercício atua junto da formação política escocesa, bem como no uso conveniente de inúmeros elementos culturais nacionais escoceses no debate liderado pelo SNP e que levou a proposta do referendo.

No caso escocês, a proposta que segue ao referendo é um Estado próprio que possa tomar suas próprias decisões, o que consolidaria esse modelo deliberativo crescente. Mesmo os partidos, que não o nacionalista, apoiam a causa positiva do referendo que nunca esteve tão pareia em toda a existência da Escócia.

O mais interessante nesse ponto é como as diferentes nuances culturais escocesas que durante décadas e décadas foram utilizadas contra o próprio projeto autônomo da Escócia foram gradativamente com o crescimento das demandas trabalhistas e nacionalistas se tornando o recheio necessário para a força do projeto de uma Escócia independente no século XXI.

O uso da cultura como recurso à política aqui é claro. Não se pode negar como a sociedade civil influencia epistemologicamente a atuação da esfera pública por meio do uso conveniente da cultura.

O uso conveniente da cultura aqui é atuante em diferentes suportes objetivos, sociais e subjetivos ligados a um entendimento das demandas identitária escocesas por meio de uma agir comunicativo cada vez mais estruturante de uma esfera pública de *Kilt* e alternativa.

Não é por menos que grande parte dos grupos alternativos pensa um projeto reflexivo do eu escocês que possa agregar as diferentes demandas das terras altas e baixas da Escócia, bem como suas diferentes culturas, sobretudo as que historicamente receberam um valor céltico e que por séculos foram tratadas com pouco ou nenhum interesse pelas deliberações de Westminster.

Os grupos mais otimistas com relação ao novo projeto são obviamente os nacionalistas escoceses do SNP, mas também grupos minoritários entre as próprias falas regionais escocesas, onde se enquadram grupos das terras altas e das ilhas ao norte.

Bem verdade que todos esses grupos viventes destas regiões são costumeiramente negligenciados pela fala escocesa oficial, bastando para isso se encontrar da linha imaginária



que segue da cidade de Inverness rumo ao extremo norte do País. Neste sentido é interessante nos perguntarmos se poderia uma possível independência, livre do jugo inglês e demais influências britânicas, unir as diferentes percepções e pertencas do eu escocês em um projeto político mais efetivo para com as diferentes falas da sociedade civil escocesa.

A propaganda a favor do referendo tem esse apelo, obviamente. As que são contrárias partem de um conservadorismo per ser, uma fala ligada mais a um discurso alarmista que propriamente racional politicamente. Não é por menos que muitos comentaristas da grande imprensa britânica fazem essa análise simplista para explicar o relativo sucesso da campanha a favor da independência em número de adeptos segundo as pesquisas publicadas no primeiro semestre de 2014.

No entanto, o melhor entendimento deste crescimento se encontra não na propaganda atual especificamente, mas em um processo ligado ao crescimento da atuação do pluralismo partidário escocês nas últimas décadas e a consolidação do projeto trabalhista e nacionalista, respectivamente.

O uso conveniente da cultura exercitado por estes grupos políticos nas últimas décadas atuaram dentro do campo epistemológico da performatividade nos termos tal qual George Yúdice o compreende dentro do processo pelo qual identidades e entidades de realidade social são constituídas por aproximação de modelos.

O projeto político nacionalista escocês ganhou força nas últimas quatro décadas enquanto o projeto conservador perdeu o espaço que possuía no mesmo período. O resultado disso nos termos da performatividade é notório.

A valorização de elementos escoceses não alinhados com a britanicidade se tornou uma bandeira e cresceram ao ponto de extrapolarem o sistema político circunscrito à esfera pública e virarem por meio da performatividade diferenciais dos papéis e interesses variáveis da sociedade civil.

Vale lembrar que essa performatividade atua diretamente em propostas políticas claras dos partidos escoceses que conseguem manter um debate representativo plural sem tanta dicotomia quanto o apresentado na região da Irlanda do Norte, por exemplo. Bem verdade, que mesmo em cidades populosas como Glasgow, a rivalidade de projetos representativos seja de cunho religioso (como católico versus protestante) ou de pertencimento étnico passou a defender uma maior autonomia frente à Inglaterra depois de 1999, corroborando com o



crescimento não apenas do partido nacionalista como também com o surgimento de outros partidos menores e de fala alternativa, como os verdes.

Nestas cidades escocesas do século XXI o crescimento da representatividade dos trabalhistas entranhada junto a grupos tradicionalmente católicos e proletários ou a dos nacionalistas construída junto de grupos protestantes de classe média não interfere na estrutura partidária plural e nem provoca conflitos diretos, muito pelo contrário. O que vemos é nitidamente a vontade de uma maior interação por estes grupos de propostas políticas diferentes, mas que se identificam coletivamente em meio a fronteiras étnicas não britânicas.

CONCLUSÃO: QUEM VENCERÁ A BATALHA PELA VALENTIA ESCOCESA?

Independente do resultado do referendo pela independência escocesa de 2014, uma coisa é certa: O vencedor já foi definido. E não me refiro a nenhuma das propostas tanto aos que votam pelo sim quanto aos que votam pelo não. Me refiro aqui ao sistema político escocês, cada vez complexo e centralizador em sua própria lógica a temática de uma esfera pública de Kilt que serve como caixa de ressonância das múltiplas vozes e opiniões acerca dos rumos da identidade escocesa contemporânea, seja ela das terras altas ou baixas.

É nesta abertura comunicacional que os diferentes interesses ligados ao projeto reflexivo do eu escocês ganham forma e depositam na ação política do seu cada vez mais organizado sistema político as demandas futuras de uma Escócia que independente de estar institucionalmente atrelada ao Reino Unido ou não, expressa sua voz de maneira valente e afirmativa pela primeira vez em séculos de história.

Ousamos dizer que o referendo de 2014 está aberto para disputa ainda, mas a Política-vida escocesa já conseguiu sua maior vitória no Mundo da vida. Os homens do norte já chamam mais atenção que o discurso britânico e suas demandas já ocupam um grau emancipatório tal que os esquecidos celtas das *Highlands* são mais valorizados que as privações de Westminster.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *A inclusão do outro – Estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2007.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JEFFERSON, Kurt W. *Celtic Politics: Politics in Scotland, Ireland and Wales*. University press of America, 2011.

MACKILLOP, James. *Dictionary of Celtic Mythology*. Nova York: Oxford University Press, 2004.

MARR, Andrew. *The Battle for Scotland*. Londres: Penguin Books, 1995.

PITTOCK, Murray G.H. *Celtic identity and the British image*. Manchester: Manchester University Press, 1999.

YÚDICE, George. *A Conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.